



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
Departamento Jurídico

PARECER JURÍDICO Nº 055/2017

OBJETIVO: Termo de Fomento entre o Município de Esperança Nova e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com base na Lei nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 41/2017.

Trata-se de solicitação da Secretaria Geral da Administração sobre a possibilidade de inexigibilidade de Chamamento Público para formalização do Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

Apresentou junto a solicitação suas justificativas, bem como declarações, documentação da Associação e o Plano de Trabalho.

É o breve relato.

As parcerias voluntárias, a partir do dia 1º de janeiro de 2017, passou a vigor sob as regras contidas na Lei nº 13.019/2014, devidamente regulamentada na esfera Municipal pelo Decreto nº 41/2017.

Tais normas prevêem como regra geral a realização de Chamamento Público para a formalização das parcerias entre a Administração Pública e as Entidades da Sociedade Civil sem fins lucrativos, no caso em questão a Organização Civil a ser fomentada é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, a qual recebe auxílio para atender as pessoas com deficiência intelectual e múltipla e seus familiares a fim de possibilitar aos mesmos uma melhoria da qualidade de vida, coexistindo com a possibilidade de evolução nas diversas áreas adaptativas, dar oportunidade a essas pessoas com deficiência à inclusão escolar e integração na sociedade.

Porém, como toda regra possui sua exceção, a presente Lei Federal também estabelece diferenciações e hipóteses em que o chamamento dispensável ou, no presente caso, inexigível.

É o que se extrai do Art. 31 da norma, veja:

Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da



PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA
Departamento Jurídico

subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

No mesmo sentido foi regulamentado pelo Decreto Municipal nº 41/2017, em seu Art. 10, *in verbis*:

Art. 10. O chamamento público será considerado inexigível, nas seguintes situações, sem prejuízo de outras:

I - na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica; e

II – autorização em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária ou que estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária Anual, nas transferências de recursos a título de subvenção para organizações da sociedade civil.

Assim, considerando as regras expostas, a viabilização da inexigibilidade de chamamento público está no fato de que desde a fundação do Município em 1997, a Entidade presta serviços satisfatórios, criando laços de afetividade, além de ser a mais próxima do Município, facilitando o deslocamento dos alunos, bem como já está cadastrada como destinatária de subvenção social através da Lei Municipal nº 811/2017.

Desta forma, considerando que estão satisfeitos os aspectos legais analisados, somos de Parecer Favorável à inexigibilidade do Chamamento Público para formalização do Termo de Fomento a ser celebrado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, consignando que deverá ser providenciada a devida publicação, nos termos exigidos pelo §1º, do Art. 32, da Lei nº 13.019/2014, c/c §1º, do Art. 11, do Decreto nº 41/2017.

É o Parecer, s.m.j.

Esperança Nova, 29 de junho de 2017.


Emerson Marchetti
OAB/PR 43.746